

Protestos no Brasil contemporâneo: crises no paraíso?

Carlos Fernando de Quadros (Doutorando em História Econômica/FFLCH-USP)

Guilherme Machado Nunes (Doutorando em História/PPGH-UFRGS)

Nas manifestações de junho de 2013, segundo pesquisa do Ibope realizada no dia 20, havia paridade entre os sexos, 43% tinha entre 14 e 24 anos, 49% Ensino Médio completo ou Superior iniciado e 45% possuía renda de até 5 salários-mínimos.¹ Uma pesquisa realizada no mesmo dia no Rio de Janeiro, mostrou que 34,3% dos manifestantes ganhava um salário-mínimo e 30,3% ganhava entre dois e três. Disso, Antunes e Braga concluem: “64% do total de um milhão de pessoas que foram às ruas no Rio de Janeiro são parte desse proletariado urbano precarizado.” (ANTUNES; BRAGA, 2012: 4). Nas manifestações ocorridas em 2015, por sua vez, segundo o Data Folha, o número de homens era 63%, a idade média era 40 anos, 76% possuíam Ensino Superior. No campo da renda, destaque para os 22% que recebiam entre 10 e 20 salários mínimos e os 19% que recebiam mais de 20.²

Como ler números tão discrepantes acerca das manifestações de rua que emergiram no país a partir de 2013? O que este trabalho busca apreender, é perceber um deslocamento na composição das manifestações. Não obstante suas diferenças, há um sentido geral no processo único que as orienta: a luta de classes no Brasil contemporâneo.

Para responder essas questões, em um primeiro momento será retomada a conjuntura pré-Junho de 2013, com especial destaque para alguns acontecimentos da cidade de Porto Alegre, bem como o ascenso no número de greves; em seguida, serão enfatizadas as contradições trazidas pela Copa do Mundo de 2014 e os reflexos imediatos do pós-Junho; por fim, a conjuntura imediata das eleições de 2014, respostas do governo petista às demandas de Junho e a reação de direita que ascende em 2015.

I

Quem estava afastado do cotidiano das lutas sociais foi pego de surpresa com a volta das

1

<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html> Acesso em 28 ago 2017.

2

<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/03/1604284-47-foram-a-avenida-paulista-em-15-de-marco-protestar-contr-a-corrupcao.shtml> Acesso em 28 ago 2017. É de conhecimento dos autores que as duas pesquisas foram realizadas com diferenças metodológicas consideráveis. Enquanto em 2013 a pesquisa foi realizada em 8 capitais, o Data Folha em 2015 se concentrou apenas na capital paulista. Mesmo cientes do risco, cremos que a comparação é válida, pois quem participou das jornadas de junho de 2013 (e mesmo quem acompanhou pelo noticiário) sabe que seria impossível verificar tal composição em qualquer lugar ou momento das manifestações. Ver <https://sociaisemethodos.wordpress.com/2015/03/21/quem-protesta-no-brasil-comparacao-entre-20-de-junho-de-2013-13-e-15-de-marco-de-2015-e-a-populacao/>

manifestações de massa no Brasil a partir dos atos convocados pelo Movimento Passe Livre (MPL) de São Paulo, em junho de 2013.

A despeito da surpresa de muitos, o MPL contava então já oito anos de existência, sendo a sua formação inspirada por ocorrências em Salvador – a “Revolta do Buzu”, de 2003 – e Florianópolis, com a “Revolta da Catraca”, um ano depois (MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO, 2013: 14-15). Com menor destaque, as mobilizações em torno do transporte público seguiram ocorrendo no país todo de acordo com os periódicos reajustes de tarifa. Sendo esta questão uma das facetas da luta pela apropriação do espaço urbano, vale destacar que, na mesma década entre os eventos na capital baiana e as mobilizações massivas de 2013, outros movimentos para além do MPL e diretamente vinculados a outros problemas da vida social em cidades disputavam seus rumos. Vale mencionar os casos do Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST), Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), Comitês Populares da Copa, entre outros grupos e coletivos os mais variados (VAINER, 2013: 39-40).

Os eventos aqui citados remetem ao período em que o governo federal brasileiro foi capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores e agremiações aliadas. Evitando aqui se deter na complexa discussão sobre o caráter da “década lulista”, já analisada por extensa bibliografia crítica, é possível assumir alguns rápidos pressupostos para fim de contextualização do processo aqui em tela. Em síntese, cabe destacar que a atuação petista, enquanto partido de governo, se orientou pela continuidade à política macroeconômica do governo anterior, capitaneado pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), incluindo significativas lideranças da classe trabalhadora no próprio Estado, via fundos de pensão, o que conduziu ao prosseguimento do refluxo da atuação de organizações como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), as quais já se encontravam combatidas durante a década de 1990 pelo avanço do neoliberalismo, acompanhado de um aumento de episódios repressivos, como a ocupação militar de refinarias em reação à greve dos petroleiros em 1995 e o massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996. Fator que não é de menor importância no período em que o PT ocupou a chefia do Poder Executivo é a inclusão de um enorme contingente da população brasileira no consumo através de políticas de assistência à renda, como o programa Bolsa Família, o que concorreu para efetivação de um mercado interno de massas. Destaca-se aqui que os governos petistas não foram responsáveis apenas pela inclusão no mercado de consumo, mas também no mercado de trabalho.

O ciclo político aberto no ano de 2003 teve como uma de suas marcas o ingresso de expressivas somas populacionais no emprego formal, especialmente no setor de serviços. O mundo do trabalho em tal período – de vigência do “ciclo de acumulação pós-fordista” – tem por características a terceirização, a privatização e a financeirização, as quais, segundo Ruy Braga, são condensadas exemplarmente no grupo de operadores – e especialmente operadoras – de

“telemarketing” (BRAGA, 2013: 80). O sociólogo, que realizou entrevistas com inúmeras trabalhadoras de tal setor destaca que nas suas falas era clara a contraposição ao trabalho de suas mães – em geral, empregadas domésticas – como base explicativa para sua procura por tal ocupação. Não só isso, o trabalho na indústria do “call center” possibilitaria a garantia de direitos trabalhistas e a conclusão no ensino superior (em cursos privados noturnos, que se expandiram nos anos 2000 com o apoio do governo federal). Estes investimentos pessoais em uma oportunidade de melhora da condição de vida pelo ingresso no mercado de trabalho formal contrastavam com o ritmo de exploração da força de trabalho, usual nas empresas de “telemarketing”, caracterizadas por altíssimas taxas de rotatividade, precarização das empregadas (estafadas psicológica e fisicamente por metas e restrições impostas no ambiente laboral) e pagamentos de, no máximo 1,5 salário-mínimo. Não falta muito para a esperança ser transformada em frustração social, especialmente se articulada aos latentes problemas da condição do “viver em cidades”, cujos indícios estão na emergência dos movimentos ligados à questão (BRAGA, 2013: 81).

Um indicativo fundamental do descontentamento compartilhado no espaço de trabalho é o de formas de resistência, sendo a greve sua manifestação por excelência. Ainda no que toca a indústria do “call center”, entre a metade dos anos 2000 e os primeiros anos da década seguinte o número das horas paradas cresceu gradualmente de forma tão expressiva que profissionais envolvidas destacarem-se em mobilizações nacionais. Não eram só elas que se movimentavam, sendo a reivindicação a tônica do início dos anos 2010, como afirma novamente Braga, cuja leitura encontra eco na interpretação aqui aventada:

Após as recentes greves nas usinas de Jirau e Belo Monte e nos complexos de Santo Antônio, Suape e Comperj, além da violenta desocupação da comunidade do Pinheirinho, em São José dos Campos (SP), apenas os muito desavisados não haviam percebido que os sismos aproximavam-se rapidamente das grandes metrópoles. Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o número de horas paradas em 2012 foi 75% superior ao de 2011, alcançando um pico histórico inferior apenas aos de 1989 e de 1990. A combinação da desaceleração do crescimento econômico com um mercado de trabalho ainda aquecido pode nos ajudar a explicar esse fenômeno. (BRAGA, 2013: 81)

Reafirmando-se o caráter precarizado das operadoras em “telemarketing”, chama a atenção a coincidência entre a composição desse setor profissional com a dos manifestantes nas ruas em 20 de junho de 2013 no Rio de Janeiro: “70,4% dos manifestantes estavam empregados, 34,3% recebiam até um salário-mínimo e 30,3% ganhavam entre dois e três salários-mínimos. A idade média era de 28 anos, ou seja, a faixa etária dos que entraram no mercado de trabalho nos últimos dez anos” (BRAGA, 2013: 82). Assim, não é forçoso deduzir que um dos setores da classe trabalhadora que maior combatividade demonstrou em torno da sua reivindicação *enquanto* classe trabalhadora, ou

seja, pelas greves, provavelmente protagonizou as manifestações demonstrando a sua reivindicação por direitos sociais e insatisfação, por vezes difusa, com o que lhe parecia deletério nos rumos do modelo de desenvolvimento.

Após retomar sumariamente esses elementos, é cabível iniciar a argumentação afirmando que o primeiro mandato de Dilma Rousseff foi marcado pelo aumento do conflito social, especialmente naquilo que tange ao trabalho, em relação aos governos anteriores capitaneados pelo PT. Um exemplo inicial, nesse sentido, é o da greve de 120 dias dos docentes das Universidades Federais, ocorrida um ano antes do emblemático junho de 2013. Segundo Marcelo Badaró Mattos, desde 2005 a categoria não entrava em greve, e desde 2001 “não vivia uma mobilização com dimensões comparáveis às do movimento deste ano.” (MATTOS, 2012: 136). As pautas eram uma nova carreira para o magistério superior e melhores condições de trabalho, deterioradas muito em função da expansão universitária sem o correspondente investimento em infraestrutura, decorrentes do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

O autor destaca que o grosso das reivindicações não foi atendido, mas ressalta a importância da greve para pôr em questão qual o projeto de expansão universitária pretendido pelo governo. Além disso, “a greve significou a entrada em cena de um conjunto muito amplo de docentes que ingressaram nas universidades nos últimos anos e se deram conta de que nesse projeto precário de expansão, não há espaço para uma carreira estruturada nem para condições de trabalho que garantam a qualidade do trabalho universitário.” (MATTOS, 2012: 140). Isso, somado à adesão de discentes e ao fortalecimento do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) configuraram importantes avanços para a categoria.

Da mesma forma, naquele ano, de 11 de junho a 27 de agosto, esteve em curso a greve dos servidores técnico-administrativos das instituições de ensino federais liderados pela Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra). A greve resultou em um reajuste salarial e vários avanços no plano de carreira da categoria. Assim como no caso dos professores, a greve da Fasubra se deu em um contexto de entrada de um grande contingente de servidores novos, que se integraram ao sindicato e iniciaram uma atividade política em um momento em que se aprofundava um processo de sucateamento da universidade³. Toda esta conjuntura acabou transformando o inverno de 2012 em um período de verdadeira greve nacional da educação, com debates sobre o caminho a ser tomado pelo Governo Federal quanto aos recursos públicos e a construção de uma crítica dura contra as desonerações fiscais então aplicadas.

3

<https://fasubra.org.br/index.php/fasubra/126-delegados-a-plenaria-nacional-estatutaria-fazem-balanco-da-greve-de-2012>. Para documentos mais detalhados, ver <https://www.fasubra.org.br/index.php/modules-menu/category/15-informes-de-greve-2012>. Acesso em: 8 set 2017.

Seria falso, porém, acreditar que estas mobilizações ocorriam somente no âmbito das universidades e institutos federais. Os dados do DIEESE fornecem informações igualmente valiosas para compreender que a panela de pressão social que explodiu em junho de 2013 vinha com constantes aumentos de temperatura. Em publicação de 2012, a entidade constatou que o número de greves daquele ano confirmava “a tendência de aumento do número de greves verificada a partir de 2008. As informações da série histórica também revelam que o total de greves cadastrado em 2012 é o maior verificado desde 1997”. (DIEESE, 2012: 2).⁴ Em 2013, o aumento foi de 134%, e o país vivenciou 2.050 greves (DIEESE, 2013: 2; BARTZ, 2016).

Se atentarmos ao exemplo de Porto Alegre, pode chamar a atenção um elemento-chave para compreender a conjuntura. Em outubro de 2012, enquanto as principais forças eleitorais debatiam ao vivo na filiada da Rede Globo – com a presença de José Fortunati, candidato à reeleição pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), representante do consórcio composto por partidos conservadores e fisiológicos que governavam Porto Alegre desde 2005, acusados da privatização de diversos espaços públicos da cidade – um ato intitulado Defesa Pública da Alegria sofria uma brutal repressão policial por tentar interagir com um tatu inflável gigante.

A mídia hegemônica noticiou que o episódio ocorrido no Largo Glênio Peres se caracterizou por um “confronto” entre os manifestantes e “aproximadamente 80 PMs”. Na expressão confronto fica subentendido o acontecimento de um embate entre partes iguais. Nada mais distante do acontecido.⁵

Estava em jogo uma demanda por ocupação do espaço público, que se via ameaçado de privatização e de uma reestruturação conservadora. Um “índice” interessante deste processo foi o grande número de eventos públicos, que atraíam especialmente uma juventude ávida por programas culturais ou simples diversão gratuita e acessível.

A eclosão das manifestações de 2013, neste sentido, tem algo a dever a esta guerra surda e à tensão crescente entre jovens trabalhadores e estudantes sedentos de democratização do espaço, por um lado, e uma Prefeitura conservadora e os agentes da especulação imobiliária por outro – caso notório em outros espaços brasileiros – travando uma luta entre as ruas desta cidade conhecida por seu histórico de contestação política.

Chegamos, assim, ao fatídico ano de 2013. No dia 21 de março as negociações entre a Prefeitura e a Associação de Transportadores de Passageiros (ATP, consórcio de empresas de transporte público da cidade) resultaram no aumento da passagem de ônibus de R\$ 2,85 para R\$ 3,05. A luta contra o aumento das passagens tinha uma tradição na capital, tanto que o MPL havia

4 Antunes e Braga mostram que ainda em 2011 ocorreu uma grande onda de greves nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Foram ao todo 170 mil trabalhadores em greve no país naquele ano (ANTUNES; BRAGA, 2014: 44).

5 <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2012/10/protesto-na-capital-termina-em-confronto-com-a-policia-e-ataque-a-mascote-da-copa-3907570.html> Acesso em 28 ago 2017.

sido fundado em 2005, durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. No ano de 2013, os protestos na capital gaúcha foram organizados pelo Bloco de Luta Pelo Transporte Público, uma frente fundada no ano anterior que agregava diversos militantes de esquerda.

As manifestações começaram em janeiro, com pouco mais de mil pessoas, mas à medida que os efeitos do aumento da passagem se faziam sentir, as manifestações cresceram de forma exponencial. Os vereadores Pedro Ruas e Fernanda Melchiona do PSOL protocolaram uma liminar para que a passagem voltasse ao preço anterior. A liminar foi vitoriosa,⁶ e a medida foi compreendida como uma grande vitória do movimento, que através da mobilização social, havia conseguido reverter o aumento da passagem, algo inédito na cidade. Não é à toa que, nos primeiros atos convocados pelo MPL aquele ano em São Paulo, era possível ver faixas dizendo que era preciso “repetir Porto Alegre”.

A vitória dos protestos em promover a redução da tarifa acabou ajudando a impulsionar o mesmo movimento em outras cidades, como em São Paulo, onde o MPL passou a organizar marchas pela Avenida Paulista quando do anúncio do aumento das passagens de ônibus e metrô de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. A duríssima repressão policial sobre os manifestantes, em 13 de junho, acabou por catalisar os protestos por todo o país, incluindo Porto Alegre, onde o Bloco de Lutas voltou a tomar as ruas, lutando pelo passe livre estudantil, bradando consignas que diziam “Da Copa eu abro mão, eu quero mais dinheiro para a saúde e a educação”⁷.

Assim como em outras cidades, as manifestações aumentaram no mês de junho, chegando a um total de 30.000 pessoas no dia 20 daquele mês. O número de manifestantes pode ter sido menor em relação a outras capitais (pois a questão do aumento da tarifa havia se resolvido em abril daquele ano), mas elas foram igualmente massivas.

No dia 20, quando houve a maior manifestação, alguns participantes carregaram faixas contra a corrupção, contra a PEC 37 (que pretendia limitar o poder de investigação do Ministério Público) e teve-se notícia de hostilidade às bandeiras partidárias. Mesmo que as pautas de direita jamais tenham conseguido hegemonizar as manifestações de junho de 2013 em Porto Alegre, as notícias que chegavam de São Paulo sobre queima de bandeiras vermelhas colocaram os militantes de sobreaviso. No dia 24, o Bloco de Lutas e outras organizações convidaram os militantes a participar ostensivamente com as bandeiras de suas organizações políticas, culturais e sindicais.

6 Ver <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/04/liminar-suspende-aumento-da-passagem-de-onibus-em-porto-alegre.html>. Acesso em 08 ago 2017.

7 A bandeira – oportuna no mês em que o país sediava a Copa das Confederações, evento teste para a Copa do Mundo e que colocou o Brasil no centro do noticiário mundial – tornava-se particularmente significativa frente à agressão simbólica em curso no fato dos estádios de futebol (tido no senso comum e mesmo em vertentes do ensaísmo brasileiro como um fator de identidade nacional) serem então objeto de iniciativas e gastos públicos vultuosos “em um país onde os pobres não têm esgoto, atendimento médico, transporte aceitável, segurança pública”, para usufruto de pouquíssimos, dado que o preço dos ingressos das modernas arenas eram inacessíveis ao grosso da população, que até então, ao menos no campo do simbólico, era ainda integrada harmoniosamente em uma comunhão realizada pelas chuteiras (SINGER, 2013: 35-36).

Esta foi uma das passeatas que teve pior repressão.

Depois de junho, as manifestações recuaram em todo o país, inclusive em Porto Alegre. Seria mais correto falar, porém, que as manifestações mudaram de tática e de estratégia. No dia 11 de julho, as principais centrais sindicais (CUT, CTB, Conlutas, CGT, Intersindical) convocaram um Dia Nacional de Lutas, o que significava um indicativo de Greve Geral, para mostrar que a esquerda ainda podia ter hegemonia sobre o movimento de massas. Na maior parte das cidades a greve não logrou sucesso, mas a cidade de Porto Alegre ficou paralisada, em boa medida pela adesão massiva dos trabalhadores dos transportes.

Na noite anterior, alguns membros do Bloco de Lutas haviam ocupado a Câmara Municipal da capital e, no dia da greve, uma coluna de estudantes, sindicalistas e militantes das mais diversas organizações se dirigiram para a sede do legislativo municipal, onde permaneceram por uma semana. Neste local se debateu intensamente o modelo de transporte público em Porto Alegre, com assistência de mais de 500 pessoas. Quando os militantes tiveram de se retirar do local, por ordem judicial, havia um forte acúmulo de lutas e debates sobre a questão urbana na cidade, o que parecia apontar para uma participação cada vez mais ampliada dos movimentos de esquerda na vida da capital.

II

É difícil encadear todos os acontecimentos depois das Jornadas de Junho, mas pode-se dizer que o tema das cidades foi perdendo espaço ao longo do tempo, embora este processo não seja definitivo. Uma das consequências mais imediatas das Jornadas foi o aumento progressivo no número de greves de diferentes categorias, um fenômeno nacional. Retomando o exemplo de Porto Alegre, depois da desocupação da Câmara, o Bloco de Lutas passou a atuar junto aos professores estaduais filiados ao CPERS (sindicato da categoria), que formaram um Comitê de Educação. Em agosto, o grupo organizou uma greve que exigia o pagamento do piso nacional do magistério.⁸ O evento dividiu os educadores e seu sindicato, sendo que os servidores mais jovens impulsionaram a ocupação da Secretaria de Educação.

Neste contexto, a Justiça estadual desencadeou um processo contra as lideranças mais visíveis do movimento. Além disso, espaços autonomistas foram invadidos e tiveram materiais apreendidos pela Brigada Militar entre agosto e outubro de 2013, como a sede da Federação Anarquista Gaúcha e do Coletivo Moinho Negro.⁹

Aqui devemos ressaltar que o Governo do Estado e a Brigada Militar estavam sob o

8 Cf. <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/08/professores-da-rede-estadual-do-rs-aprovam-greve-partir-de-segunda.html> Acesso em 9 set 2017.

9 Aqui é possível observar uma série de notas de solidariedade de coletivos anarquista de todo o Brasil: <https://anarquismopr.org/tag/moinho-negro/> Acesso em 28 ago 2017.

comando do jurista Tarso Genro (PT). O Governador, em um dia recebia alguns manifestantes no Palácio Piratini, e no outro, tomava café da manhã com o comando da Brigada Militar elogiando sua atuação.¹⁰ A ambiguidade petista e sua conviência com a repressão aumentaram a descrença dos membros do Bloco de Lutas, que viam no PT um Partido que só desejava o bom funcionamento do Campeonato Mundial que se avizinhava. Em Porto Alegre, esta atitude resultou na expulsão dos membros do PT do Bloco de Lutas Pelo Transporte Público, em outubro de 2013.¹¹ Em 2014, já às vésperas da realização da Copa, vimos intelectuais ligados ao PT, como Emir Sader, fazendo críticas aos movimentos de protestos, como se eles fossem manipulados pela direita (ou por interesses internacionais), apresentando uma vergonhosa conviência com a violência lançada contra os manifestantes, chamados de “vira-latas”.¹²

No início de 2014, a questão do transporte irrompeu novamente em Porto Alegre. Os rodoviários iniciaram uma greve que durou de 27 de janeiro a 10 de fevereiro, paralisando a vida econômica da capital gaúcha. Esta greve compartilhou de características comuns com outros movimentos paredistas do mesmo período, como o dos garis do Rio de Janeiro e os metroviários de São Paulo: a organização por fora das burocracias sindicais. Ao final do processo, o movimento independente se considerou vitorioso por ter conseguido um reajuste salarial de 7,5%, acima do que a direção sindical havia aceito inicialmente.¹³

O movimento grevista dos rodoviários também compartilhou características com uma estrutura mais geral das mobilizações daquele período. Assim como Lincoln Secco (2015) se refere aos novíssimos movimentos sociais, que teriam se organizado de forma independente de estruturas tradicionais, o movimento dos rodoviários se enquadraria em algo que poderíamos chamar de um novíssimo sindicalismo. Uma nova geração de trabalhadores integrada ao emprego formal depois da expansão econômica dos anos 2000 entrou em choque com as estruturas sindicais tradicionais, que haviam entrado em um processo de burocratização cada vez maior a partir do Governo Lula, perdendo a dinâmica do tempo do novo sindicalismo.

Além de uma nova geração que entrou em conflito com suas direções sindicais

10 http://www.rs.gov.br/conteudo/14382/governo-recebe-mais-de-200-policiais-e-bombeiros-para-cafe-da-manha-na-regiao-sul/termosbusca=* Acesso em 8 set 2017.

11 Segundo nota oficial do Bloco de Lutas, “A gota d’água que justificou a tomada de atitude foi o uso sorrateiro de fotos e vídeos das manifestações do Bloco de Lutas no programa de televisão do PT, que se aproveitou das imagens de companheiros que têm clara e explícita oposição ao governo, manipulou as informações e utilizou a construção coletiva em nome de novas filiações para seu partido”. In: <http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/2013/09/4993/nota-oficial-do-bloco-de-lutas-sobre-a-expulsao-do-pt/> Acesso em 28 ago 2017.

12 <https://oglobo.globo.com/brasil/pelo-twitter-intelectual-do-pt-chama-manifestantes-de-vira-latas-12500265> Acesso em 9 set 2017.

13 <http://www.correiocidadania.com.br/brasil-nas-ruas/9358-19-02-2014-consciencia-e-independencia-deram-amplitude-inedita-a-greve-dos-rodoviaros-de-porto-alegre>. Acesso em 28 ago 2017. Cabe destacar a campanha de difamação diária promovida pelo grupo RBS ao movimento grevista, que precisou de muita unidade para contestar inclusive o TRT, que considerou a greve “abusiva”. Após o fim da greve, dois motoristas e um cobrador foram demitidos, o que gerou mais protestos por parte da categoria. Ver <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/02/28/para-rever-demissoes-rodoviaros-fecham-duas-garagens-em-porto-alegre.htm>

burocratizadas, é preciso levar em conta que outra parcela significativa da juventude ingressante no mercado de trabalho se deparou com uma realidade pior do que lhe haviam prometido. Segundo Ruy Braga e Ricardo Antunes,

[...] nos últimos dez anos, 94% dos empregos criados no mercado formal de trabalho brasileiro remuneravam até 1,5 salários-mínimos (sendo que o salário-mínimo é, pela cotação de junho de 2013, de aproximadamente US\$ 320,00 por mês).

Se levarmos em consideração que do total desses empregos, pouco mais de 60% foi preenchido por jovens entre 18 e 28 anos de idade, perceberemos que a inquietação social promovida pela percepção dos limites do atual modelo tendeu a se concentrar entre os setores formados por jovens trabalhadores precarizados [...]. E esse contingente cumpriu um papel-chave na deflagração do levante popular de junho de 2013 no Brasil. (BRAGA; ANTUNES, 2014: 44)

Surgia assim o que a propaganda governista insistia em chamar de “nova classe média”. Segundo Márcio Pochmann (2012), porém, o que se viu foi o surgimento de uma nova classe trabalhadora, com empregos mais flexíveis e alocada especialmente nos setores de serviços. Sua inclusão não se deu no campo dos direitos sociais e garantias trabalhistas, mas sim através da política de expansão do consumo. Há que se ter em conta os limites estruturais brasileiros em relação a isso: não apenas no que toca à dinâmica intrínseca aos ritmos da taxa de lucro, mas mesmo na ideologia predominante em uma formação social cuja marca de séculos foi o da exploração escravista do trabalho. O choque entre a prerrogativa liberal do livre mercado com o caráter de distinção que o consumo (de apenas alguns poucos e seletos) assume no Brasil também foi um dos conflitos a se apresentar – explicitamente, pois a sua manifestação latente já era algo notório antes das multidões nas ruas – na sequência do turbulento mês de junho de 2013.

A nova classe trabalhadora, corretamente identificada por Pochmann, apresenta em suas características, já elencadas por Braga (2013), o fato de se constituir em grande medida por uma juventude não-branca. Apta monetariamente ao consumo, especialmente nas condições de aumento real do salário-mínimo e oferta de crédito consignado, esbarrava simbolicamente, como argumentamos, nos limites da consciência de uma classe dominante racista por formação. É assim que não poucos se chocaram com o fenômeno dos “rolezinhos”, passeios de adolescentes e jovens periféricos, majoritariamente negros, por shopping centers de metrópoles brasileiras. No geral combinados via redes sociais, os “rolezinhos” não eram outra coisa que não uma caminhada no centro de compras, admirar um que outro artigo de consumo, comer um lanche, interagir. O fato de andarem em grupos, porém, ensejou reação dos seguranças dos estabelecimentos e envolvimento policial por vezes. Condenados por vozes hipócritas, os jovens ali em grande medida queriam gastar o dinheiro ganho em seus primeiros empregos – nas condições de precarização que eram as características do mundo laboral deste setor da classe trabalhadora – comprando artigos de

consumo.

Se há um possível refluxo na consciência de classe em comparação com outros momentos e configurações históricas de tal sujeito social, ainda assim a contradição que se expressou no fenômeno jovem dos “rolezinhos” não deixa de evidenciar o severo limite da incoerência intrínseca ao capitalismo global, modo de produção que só pode se operar pela via da “incoerência e inconsistência”, segundo Slavoj Žižek uma “necessidade de quebrar suas próprias regras” que, ao se exigir o cumprimento, pressiona-se o sistema como um todo. Não seria esse o caso da exigência nas ruas do cumprimento de direitos cidadãos básicos? Em tese, estes deveriam ir ao encontro dos interesses do capital em reproduzir em condições dignas a sua força de trabalho, bem como da afirmação pura e simples da disposição para o consumo, que nada mais é do que a realização da relação de compra e venda basilar ao sistema capitalista. São incoerências próprias à forma com que o Brasil, enquanto formação social periférica, se insere no capitalismo global e que permitem com que este se realize plenamente neste território, mas que, em dado grau de seu desenvolvimento, manifestaram-se de forma potencialmente explosiva.

Retomando o caso específico da greve dos rodoviários de Porto Alegre, sem afastar-se da questão das contradições próprias ao capitalismo brasileiro, é importante considerá-la como um momento importante em que os problemas de funcionamento da cidade foram questionados. Além de não existirem ônibus em número suficiente para a locomoção digna da população, muitas vias de transporte da capital estavam esburacadas, em obras devido à preparação da Copa do Mundo, o que dificultava ainda mais a circulação de veículos e pessoas. O Bloco de Lutas, hegemônico por grupos autonomistas, passou a fazer campanha contra a realização da Copa do Mundo em Porto Alegre, atitude que se localizava, outrossim, em um processo nacional no qual grupos assemelhados, como o próprio MPL em São Paulo, também engajaram-se na oposição ao espetáculo “padrão FIFA”. Ao mesmo tempo, organizações sociais, como o Comitê Popular da Copa, atacavam as remoções de vilas e comunidades pobres para que as obras de ampliação de avenidas e reforma urbana seguissem em frente.¹⁴ Originalmente, portanto, a questão da Copa era em grande medida uma questão de direito à cidade e moradia: além dos preços absurdos e da construção injustificada de vários estádios, diversos coletivos e grupos de pesquisa denunciaram a segregação urbana e a especulação imobiliária como o grande “legado da Copa”. Pessoas foram expulsas de suas casas em troca de um aluguel social que chegava, no máximo, a R\$ 500,00, o que quase sempre as impossibilitavam de permanecer em seus bairros.

A Copa do Mundo acabou acontecendo, mas em condições distantes daquelas imaginadas pelo governo. O mote “não vai ter Copa”, assim, pode ser interpretado como um aviso de que o

14 Uma das principais obras de Porto Alegre, a remoção de famílias da Vila Cruzeiro para a duplicação da Avenida Tronco, ainda hoje sequer foi concluída. Onde havia famílias, hoje só restam escombros. Ver <http://www.poa24horas.com.br/vila-tronco-as-casas-foram-sendo-demolidas-deixando-um-iraque-no-lugar/>

evento não ocorreria em uma situação perfeita de paz social e celebração descompromissada.

Os protestos contra a Copa ocorreram nos momentos dos jogos, sob fortíssima repressão, em variadas regiões brasileiras. Não deixa de ser sintomático o registro jornalístico na época dos “yellow blocs”, espaços em que a classe média alta, na exclusivista lógica dos camarotes, comia, bebia e assistia às partidas apartada de qualquer ameaça social nas ruas¹⁵. A analogia cômica com os “black blocs” é evidente. Esconjurados de junho de 2013 ao início do ano de 2014, os novos inimigos da sociedade novamente eram alvo de exortações seja da oposição reacionária ao governo petista, seja daqueles comprometidos com a festa nacional em curso. Alguns tantos, por sua vez, festejavam sem preocupações.

III

No que toca as demandas de 2013, é necessário lembrar que Dilma Rousseff tentou reagir. Não em relação à repressão, onde fez coro com a imprensa: silenciou os abusos policiais e denunciou apenas as agressões que um PM sofreu, criminalizando os black blocs e reproduzindo o discurso midiático de uma maioria ordeira e uma minoria de “baderneiros” - discurso midiático que foi reproduzido, inclusive, por expressivas organizações institucionais de esquerda, dos governistas PT e PCdoB ao esquerdista PSTU. Mas Dilma atendeu a algumas reivindicações, que com o desenrolar de junho já extrapolavam a questão do transporte. Em pronunciamento realizado no dia 21 de junho, prometeu: a elaboração do Plano Nacional de Mobilidade Urbana, privilegiando o transporte coletivo; a destinação de cem por cento dos recursos do pré-sal à educação; trazer, de imediato, milhares de médicos do exterior para ampliar o atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS).¹⁶ Como sabemos, a Câmara aprovou apenas 75% dos royalties, mas o governo de fato desonerou o transporte via alíquotas de PIS/Cofins e pôs em prática o programa Mais Médicos.

Dilma também se pronunciou em relação à Reforma Política, pauta surgida de forma difusa nas manifestações, sendo prontamente atacada pela imprensa, que a acusou de tentar instituir um “regime plebiscitário” à la Venezuela. O Congresso Nacional também reclamou, o PT não comprou a briga e Dilma ficou isolada. O episódio, ao mesmo tempo em que abriu espaço para o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir pela inconstitucionalidade da doação de empresas para campanhas políticas em 2015, também propiciou que Eduardo Cunha aprovasse sua contrarreforma política, no mesmo ano.

Não restam dúvidas que Dilma e o PT saíram muito desgastados das jornadas de junho.

15 <https://www.youtube.com/watch?v=0Zkp1C9ucrc> Acesso em 02 out 2017.

16

<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>. Acesso em 9 set 2017.

Dilma chegava a junho de 2013 com 57% de aprovação, e a mudança no discurso da mídia contribuiu para atingir seu governo. Ao mesmo tempo em que começou a sobrar tiro e bomba para seus próprios funcionários, os grandes meios de comunicação perceberam que poderiam direcionar os protestos contra o PT, a fim de enfraquecer a presidência. A partir de então que todo mundo sai às ruas, inclusive grupos de inspiração fascista, como mencionado anteriormente.

Porém, Dilma Rousseff venceu as eleições de outubro de 2014. E, diga-se de passagem: incorporando ao longo da campanha diversas das reivindicações presentes nas manifestações. Se em 2014 já eram perceptíveis os sinais de uma ascensão conservadora, nos parece que foram justamente os aspectos progressistas da campanha petista, aliados ao temor de um regresso acentuado ao neoliberalismo *tout court* do PSDB que garantiram a vitória. Não foi por acaso que sua aprovação despencou logo nos primeiros meses, ao escolher Joaquim Levy e uma política de austeridade e corte de direitos para o núcleo de seu novo mandato.

Os resultados eleitorais de 2014 poderiam ser encaixados em um espírito mais geral de reação conservadora – haja vista a eleição para a Câmara dos Deputados, que consagrou o Congresso mais conservador desde a ditadura¹⁷ – diante de junho, do avanço das greves e de outras demandas sociais, mas também apontavam para um aprofundamento da despolitização. A partir de março de 2015 emergem em várias cidades brasileiras protestos de tons nacionalistas e conservadores contra o Governo de Dilma Rousseff, que em seu bojo faziam um voto de repulsa contra qualquer bandeira de esquerda.

O cortejo era composto, em sua maioria, por famílias de classe média alta, que não tinham nenhum pudor em esconder seu preconceito de classe e seu autoritarismo, pois muitos pediam a volta da Ditadura Militar. Foram organizados por grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem pra Rua.

Apesar de ser evidente que em 2015 se viveu uma onda conservadora, seria errado dizer que a esquerda ou os movimentos populares não tentaram se organizar. Diferentes frentes de luta foram formadas nacionalmente, como a Frente Povo Sem Medo, constituída para barrar o avanço conservador, que abarcava um leque tão amplo que ia desde a esquerda governista até grupos leninistas. Vale lembrar que no dia 29 de maio ocorreu a paralisação de muitas categorias contra o projeto de terceirização das atividades-fim que tramitava na Câmara,¹⁸ Em Porto Alegre, a esquerda organizada promoveu dias de Greve Geral do funcionalismo estadual contra o governo Sartori, que levaram ao Largo Glênio Peres 50.000 servidores, protestando contra o parcelamento de salários e ataques contra seus planos de carreira. Esta ação foi significativa porque uniu todos os sindicatos

17

Cf. <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528> acesso em 15 mai 2018.

18 Ver https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/29/politica/1432930118_152640.html Acesso em 9 set 2017.

dos servidores estaduais e ocorreu três dias após um protesto conservador pelo impeachment de Dilma, superando em muito o número desse último. Em termos nacionais, é fundamental lembrarmos que as ocupações estudantis já começavam a ocorrer, com impactos no Rio Grande do Sul, e que, nos últimos meses do ano, se observou um movimento massivo de mulheres contra a postura conservadora da Câmara de Deputados (liderada por Eduardo Cunha, do PMDB) em relação aos Direitos Reprodutivos e aos debates sobre gênero nas escolas, em um período que ficou conhecido pelo nome de Primavera Feminista.

Considerações finais

Junho recriou o hábito de ocupar as ruas no Brasil inteiro – inclusive na direita. Desde então o país voltou a se acostumar com manifestações. Talvez o grande problema de 2013 tenha sido o espontaneísmo e a falta de direção, que em grande medida propiciaram o sequestro de pautas pela direita e a imprensa¹⁹. Talvez junho seja em parte responsável pelo Golpe porque, por um lado, deixou a direita se mostrar, e por outro, porque apresentou o esgotamento do lulismo enquanto forma de mediação dos conflitos sociais (SANTOS, 2016, p. 85). Se hoje, contudo, há um discurso petista querendo atribuir sua derrocada e a ascensão conservadora às manifestações de junho, é preciso lembrar que os movimentos que emergiram imediatamente após as jornadas foram todos, de alguma forma, ligados à esquerda – os quais, não raro, engajaram-se nas atividades de defesa do governo petista no processo de golpe acentuado a partir de 2015. Caberia, quiçá, se não ao governo petista, certamente ao partido, ter realizado uma intervenção ativa no processo, com vigor e à esquerda. Seria ousado, talvez até demais para os limites históricos não apenas do lulismo como

19

Neste sentido, não deixa de chamar a atenção o fato de que intelectuais militantes que não podem ser acusados de “golpismo de direita”, oposição conservadora aos governos petistas ou qualquer coisa nesse sentido, como os petistas Lincoln Secco e Antonio David, já atentassem, em texto de 19 de junho de 2013, para o risco que a falta de uma direção mais clara – o que, de modo algum, confunde-se necessariamente como autoritarismo, verticalismo e outros que tais – nas manifestações, aliada à certa inércia do então prefeito petista de São Paulo, Fernando Haddad, no trato das reivindicações, fosse algo deletério para este mesmo político e abria uma boa oportunidade à direita e suas pausas. Cabe citá-los: “O que o MPL pode aprender com seu magnífico movimento inicial é que organizações horizontais não deixam de ter pessoas provisoriamente na liderança. Mas os líderes devem obedecer às bases e podem ser trocados. E as bases não são as pessoas nas ruas simplesmente, mas aquelas que comprovam real participação nas tarefas decididas. O MPL tem sim o direito de vetar atos que os seus membros orgânicos não decidiram previamente. Para os partidos está dado o recado: está havendo um ensaio de algo diferente que poderá suscitar organizações de tipo novo à direita e à esquerda, assim como existem partidos verticais de direita e de esquerda. A juventude deve invocar o tumulto. É seu direito. É seu dever. Depois, estudar, estudar e estudar. Só assim se aprende. Primeiro nas ruas, depois se reorganizando. Não tenham medo. Continuem na luta. Mas saibam mudar a tática e desarmar o adversário. Ele tem nome: os fascistas que o discurso de direita disfarçado de combate à corrupção despejou nas ruas. É possível que passeatas atrás de carros de som e líderes rotativos do próprio MPL no comando sejam a solução imediata que sindicatos mais à esquerda podem emprestar ao movimento, pois as atuais manifestações carecem deste elemento básico: o direcionamento conferido por quem fala mais alto. Mas a saída estratégica passa por São Paulo e pela prefeitura. O MPL não quer e nem poderia influenciar o quadro eleitoral que ainda está distante. Mas precisa de uma saída digna para eliminar a gordura indesejada do movimento. A saída é o prefeito quem deve oferecer: baixar a tarifa e abrir um diálogo permanente sobre mudanças estruturais nos transportes.” <http://www.viomundo.com.br/politica/secco-e-david-ao-mpl-saibam-mudar-a-tatica-e-desarmar-o-adversario.html> Acesso em 30 set 2017.

forma de governo (SINGER, 2012), mas mesmo do que se gestou com os processos de alteração política e programática internos à própria organização – *transformismo* ou *aggiornamento* (COELHO, 2005; SECCO, 2015). Este impedimento fica exposto, inclusive, na forma com que boa parte dos intelectuais petistas interpretam e atribuem significado ao fenômeno de Junho de 2013.²⁰ O preço de recusar disputar a direção do processo (através de sua imediata condenação) é alto.

Como argumentamos no início do texto, às vésperas de junho o consenso apresentava-se cada vez mais escasso, o que se verifica pelo expressivo salto no número de horas paradas em 2012, fato cujo significado não é outro que não o de que setores não ignoráveis da classe trabalhadora não mais aceitavam passivamente as mesmas condições de dominação de classe estabelecidas. A luta de classes, enquanto dinâmica das relações sociais de produção e marcador de ritmo histórico, não pode ser abolida por decreto. Com o intensificar das disputas pela apropriação da riqueza socialmente produzida (seja na luta por mais direitos sociais, ou mesmo pelo aumento salarial, seja na disputa pelos rumos da política econômica tendo em vista a desoneração de encargos tributários), verifica-se um particular investimento em mecanismos a dar conta seja do consenso (gradualmente dificultoso), seja da coerção. O fomento aos aparelhos privados de hegemonia vinha em um crescendo na última década, e não seria forçoso assumir a hipótese de que vem sendo acentuado em reação tanto ao aumento da mobilização combativa da classe trabalhadora quanto ao que havia de potencial contestatório nos ocorridos de junho. Os mecanismos de coerção também passaram a ser fomentados, haja vista a criação de um aparelho jurídico antiterrorista, o investimento de altas somas monetárias na modernização das forças policiais – já em treinamento intensivo pelo menos desde 2010 no Rio de Janeiro –, entre outros elementos, utilizados também em reação aos novíssimos movimentos sociais e à atividade sindical, culminando em larga medida no golpe de estado de 2016 e nas medidas draconianas que a ele se seguiram tendo em vista construir e exercer a hegemonia sob novas bases, um processo custoso que vem ensejando a formação e utilização de mecanismos fascistas *tout court* em ritmo gradual.

Neste sentido, cabe admitir que a “janela histórica” aberta com a movimentação de massas no mês de junho de 2013 está em grande medida perdida. A esquerda partidária, no geral, não soube aproveitá-la – seja quem não percebeu que a radicalização estava implícita em sua própria estratégia de não-radicalização²¹, seja aqueles que, de forma oportunista, ignoraram qualquer complexidade no

20

Em recente entrevista, o principal líder do PT, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, contestou abertamente o caráter democrático das manifestações de junho de 2013. Ver <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1909354-lula-diz-que-foi-precipitado-considerar-atos-de-2013-democraticos.shtml?cmpid=comptw> Acesso 01 out 2017.

21

É nesse sentido que argumentavam, “no calor da hora”, os analistas Lincoln Secco e Antonio David. Cf: <http://www.viomundo.com.br/politica/david-e-secco-sabera-o-pt-identificar-e-aproveitar-a-janela-historica.html>

processo, recusando-se a uma intervenção classista. Não obstante, muito daquela potencialidade ainda pode ser reavivada – indício disso é a expressiva Greve Geral do dia 28 de abril de 2017, maior mobilização da classe trabalhadora brasileira. Atente-se assim a alguns dos debates suscitados pelas grandes manifestações ocorridas em 2013, como os referentes à utilização pública do espaço urbano, além das questões relacionadas ao transporte coletivo. Assim, sustentamos aqui que as Jornadas de Junho de 2013 se inserem em um processo mais amplo de crise política que se acumulou de anos anteriores e se desdobrou em outros acontecimentos nos anos seguintes²², fortalecendo novas formas de organização e movimentos sociais. Resta à História por desenrolar-se e ser escrita a resolução da equação entre a inevitável contradição entre esses novos sujeitos sociais, o modelo de desenvolvimento em que se inserem, e a reação à sua emergência e demandas.

Referências

BARTZ, Frederico Duarte. Problemas do sindicalismo na crise da Nova República: o caso da greve dos professores e dos garis do Rio de Janeiro, dos rodoviários de Porto Alegre e da greve nacional dos caminhoneiros (2013-2015). *Encontro Estadual de História ANPUH/RS* (13.: 2016 jul. 18-21: Santa Cruz do Sul) Anais eletrônicos. Porto Alegre: ANPUH, 2016.

BRAGA, Ruy. Sob a sombra do precariado. IN: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial; Carta Maior, 2013. pp. 79-82.

BRAGA, Ruy. Terra em transe. O fim do lulismo e o retorno da luta de classes. IN: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. (orgs.). *As contradições do lulismo. A que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. pp. 55-92.

BRAGA, Ruy; ANTUNES, Ricardo. Os dias que abalaram o Brasil: as rebeliões sociais de junho, julho de 2013. *Revista de Políticas Públicas (UFMA)*, v. 18, p. 41-47, 2014.

CALIL, Gilberto. Embates e disputas em torno das Jornadas de Junho. *Projeto História (PUC-SP)*,

Acesso em 2 out 2017.

Sem espaço para abordagem minuciosa nesse artigo, mas de menção importante, é a movimentação de frações do capital em oposição à política econômica ensaiada no primeiro mandato de Dilma Rousseff, cujos esforços em torno da queda dos juros e da taxa Selic, em um momento de acentuar da crise econômica inaugurada em 2007-2008, renderam-lhe cada vez mais ruidosos incômodos a partir de abril de 2013, em um crescendo até o momento em que praticamente todas as frações burguesas, já no início de 2016 eram unânimes em torno de sua derrubada (SINGER, 2016).

v. 47, p. 377-403, agosto de 2013.

COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital*. Crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2005.

DIEESE. *Estudos e Pesquisas*. Nº 66, maio de 2013.

_____. *Estudos e Pesquisas*. Nº 79, dezembro de 2015.

MATTOS, Marcelo Badaró. Uma greve, várias lições. A greve das universidades federais no Brasil em 2012. *Revista Iberoamericana de Educación Superior*, v. 4, p. 135-142, 2013.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. IN: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial; Carta Maior, 2013. pp. 13-18.

POCHMANN, Márcio. *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

SANTOS, Fábio L. B. *Além do PT: a crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana*. São Paulo: Elefante, 2016.

SECCO, Lincoln. *História do PT*. Cotia: Editora Ateliê, 2015.

SINGER, André. *Os sentidos dos lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. Brasil, junho de 2013. Classes e ideologias cruzadas. *Novos estudos*, n. 97, p. 23-40, novembro de 2013.

_____. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. IN: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. (orgs.). *As contradições do lulismo. A que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. pp. 21-54.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. IN: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes:*

Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial; Carta Maior, 2013. pp. 35-40.

ZIZEK, Slavoj. Problemas no paraíso. IN: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial; Carta Maior, 2013. pp. 101-108.